



multiner

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2013



ENERGIA COM RESPONSABILIDADE

RELAÇÕES COM INVESTIDORES



Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Multiner estão apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB. As Demonstrações Financeiras individuais da Multiner são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010.

Mensagem da Administração

Após a primeira fase da reorganização e reestruturação financeira, o ano de 2013 foi de consolidação das estratégias adotadas pela atual gestão que tomou posse, em março de 2012. Cabe registrar que foi dada continuidade as medidas de redução de despesas e de reestruturação financeira, com destaque para a repactuação e conversão de dívidas.

Os parques eólicos estão gerando energia acima do fator de capacidade previsto inicialmente. Também destaca-se a conclusão das obras de conversão a gás da UTE Cristiano da Rocha, que segue normalmente com o novo combustível e sem intercorrências. Ainda merece registrar que, a companhia está envidando esforços para reduzir os possíveis impactos financeiros decorrentes das outorgas que foram revogadas. Houve também atraso de pagamento da Amazonas Energia (“AmE”) (subsidiária da Eletrobras) em relação à Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”), o que ocasionou descasamento de fluxo de caixa durante o ano. Essa situação foi decorrente do desequilíbrio tarifário da AmE, bem como do não repasse da Conta de Consumo de Combustíveis (“CCC”). Esperamos que no ano de 2014 a situação de normalidade seja restabelecida. Neste sentido, destacamos que os créditos existentes (R\$ 40,9 milhões) começaram a ser recebidos, mediante acordo realizado em 28 de fevereiro de 2014, com a distribuidora e intervenção da Eletrobras.

Os acionistas estão finalizando a operação de reorganização societária do Grupo Multiner, onde estão previstos novas conversões de dívidas do Multiner FIP e aportes de recursos por parte do Grupo Bolognesi. Espera-se que a conclusão dessa etapa permita a realização de novos investimentos e o crescimento sustentado da Companhia.

Consciente da importância do seu papel e da vontade de colaborar ainda mais com o crescimento sustentável do Brasil, o Grupo Multiner está firmemente empenhado em avançar com seus investimentos e prosseguir com a expansão e consecução de seu negócio.



1. Perfil Corporativo

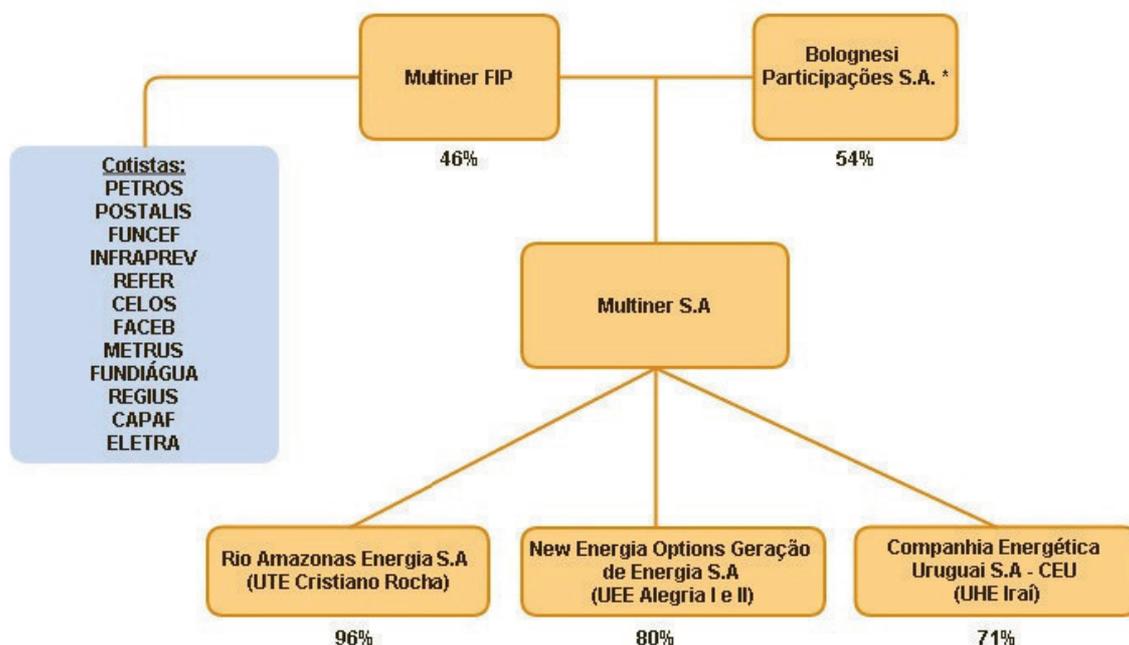
A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

2. Estrutura Societária

Em 31.12.2013, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 647.314.913,89, sendo composto por 6.343.239 ações, dividido em 3.215.360 ações ordinárias e 3.127.879 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi* (54%), com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital votante pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 46%), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado pelos seguintes cotistas: PETROS, POSTALIS, FUNCEF, INFRAPREV, REFER, CELOS, FACEB, METRUS, FUNDIÁGUA, REGIUS, CAPAF e ELETRA.





(*) O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.

3. Ambiente Econômico e Setor Energético

3.1 - Ambiente Econômico

De acordo com o Banco Mundial, a economia global cresceu 2,14% em 2013, em relação ao ano de 2012, influenciada principalmente pela retomada das economias avançadas e pela expansão da China. Entretanto, a economia dos países emergentes foi impactada pela elevação das taxas de juros globais, em razão, principalmente, da redução dos estímulos monetários por parte do *Federal Reserve* (FED) dos Estados Unidos. O fato é que as economias emergentes foram beneficiadas, em um primeiro momento, pelo excesso de liquidez, levando o setor privado a se endividar em moeda estrangeira à taxas de juros muito baixas. Entretanto, com a redução das compras de ativos pelo FED, as moedas emergentes se depreciaram frente ao dólar e, por conseguinte, as empresas viram seus passivos se elevarem substancialmente. Com efeito, a percepção de risco, para estas economias, se elevou que, por sua vez, aumentou a exigência de prêmios, culminando na elevação das taxas de juros nestes mercados.

Apesar disto, o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil ainda registrou crescimento de 2,3% em 2013, em comparação ao ano de 2012, influenciado, principalmente, pela atividade agropecuária e pelo setor de serviços pelo lado da oferta. Pelo lado da demanda, o crescimento foi resultado da performance do consumo das famílias e, em menor grau, dos investimentos. Este crescimento foi superior ao verificado em 2012 (aumento de 1% frente 2011).

Em 2013 a inflação voltou a preocupar, cabendo registrar que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado no ano ficou em 5,91% (2012: 5,84%). Por conta do aumento da inflação, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia (Selic) ao longo do ano, encerrando 2013 em 10% a.a.

A taxa de câmbio ao final de 2013 ficou em R\$/US\$ 2,3426, indicando desvalorização da moeda nacional frente ao dólar de 14,64%, ante dezembro de 2012. Isto também é um fato preocupante para o COPOM, em função do repasse da depreciação cambial para os preços e, conseqüentemente, para inflação.

3.2 - Setor Energético

No ano de 2013 ocorreram algumas mudanças regulatórias importantes para o setor energético. Em janeiro de 2013 foi sancionada a Lei 12.783/2013 (Medida Provisória 579/2012), que teve por objetivos a desoneração dos encargos setoriais e a renovação das concessões do setor de energia elétrica, visando a redução das tarifas para o consumidor final. Apenas as concessões de geração outorgadas antes da publicação da Lei 8987/95 foram atingidas.

As nossas empresas não foram diretamente afetadas, considerando uma abordagem restritivamente micro econômica nos negócios do Grupo Multiner.



Outro aspecto relevante a ser apontado foi a publicação da Resolução 003/13 da CNPE, que estendeu a obrigação de pagamento dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS) para outros agentes de mercado, especificamente geradores e comercializadores, que anteriormente não arcavam com esses custos.

Outro problema que o setor está enfrentando é a baixa hidrologia, refletindo-se em baixos níveis de estocagem nos reservatórios, Tal realidade tem impacto na elevação do Preço da Liquidação de Diferenças – PLD, que atingiu patamares significativos, além de gerar pagamento de ESS.

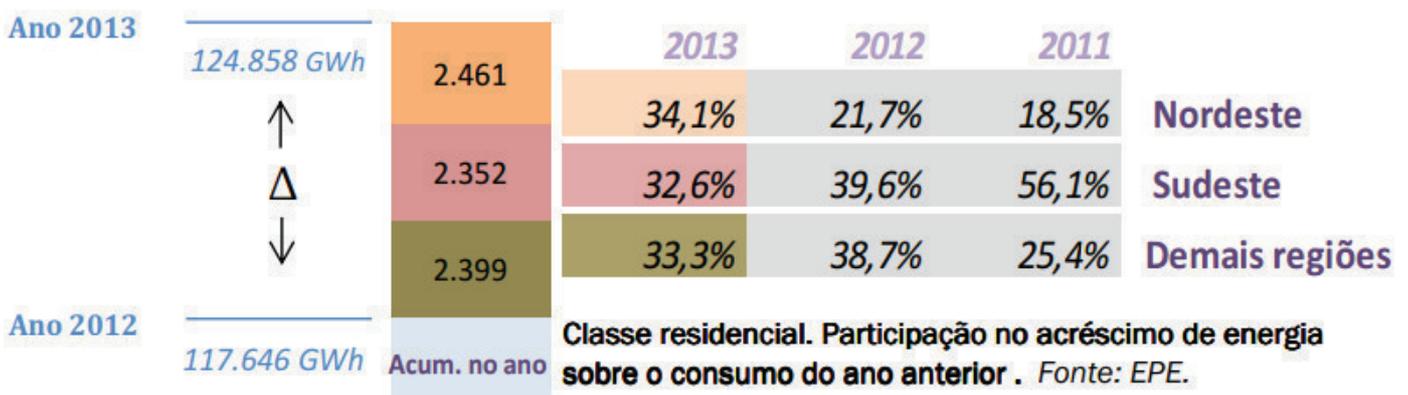
O aumento do PLD provoca um desequilíbrio na equação econômica oferta/procura o que se viu refletido nos resultados dos leilões de energia realizados no ano de 2013.

Mas não foram somente os fatos acima referidos que marcaram o setor de energia. Certamente merece destaque a maior expansão da capacidade instalada do sistema elétrico nos últimos três anos.

De acordo com o relatório de fiscalização da Aneel, foram acrescentados 5.795 megawatts (MW) ao parque gerador. Destaque também para a evolução da geração de energia limpa no país. Por exemplo, a produção de energia eólica em 2013 foi quase o dobro de 2012. A capacidade instalada chegou próximo aos 4 GW até o final de 2013, segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Para 2014, estão previstos alguns leilões de geração para atendimento da demanda no curto, médio e longo prazo (A-0, A-3 e A-5) Há uma grande expectativa para os resultados desses leilões, visto que a demanda nos leilões realizados em 2013 não foi totalmente atendida.

Com relação ao consumo nacional de energia elétrica na rede, o ano de 2013 fechou com elevação de 3,5% sobre o ano anterior, somando 463,7 mil gigawatts-hora (GWh). O aumento foi puxado pelo consumo das residências (+6,1%), que mostrou dinamismo significativo na região Nordeste, onde a taxa de crescimento alcançou 11,5%. Comércio e serviços foi o segmento que apresentou a segunda maior elevação do ano (+5,7%), refletindo a expansão do setor no Sudeste, responsável por metade do incremento em 2013. O consumo industrial de energia na rede avançou 0,6% no ano, após a estabilidade observada em 2012. O desempenho do mercado industrial nas regiões Centro-Oeste e Sul compensou o menor consumo dos segmentos eletrointensivos, que persistiu ao longo de todo ano.





4. Desempenho Operacional

4.1 - Parque Gerador

A Multiner atualmente possui um parque gerador com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em 03 usinas, entre termelétrica e eólicas, localizadas no Norte e Nordeste do país, respectivamente. A Companhia opera tais usinas por meio de parcerias com outras empresas.

Para exploração do parque gerador a Companhia detém autorizações outorgadas pelo órgão regulador, as quais apresentam as seguintes características:

Parque Gerador da Multiner em 31.12.2013

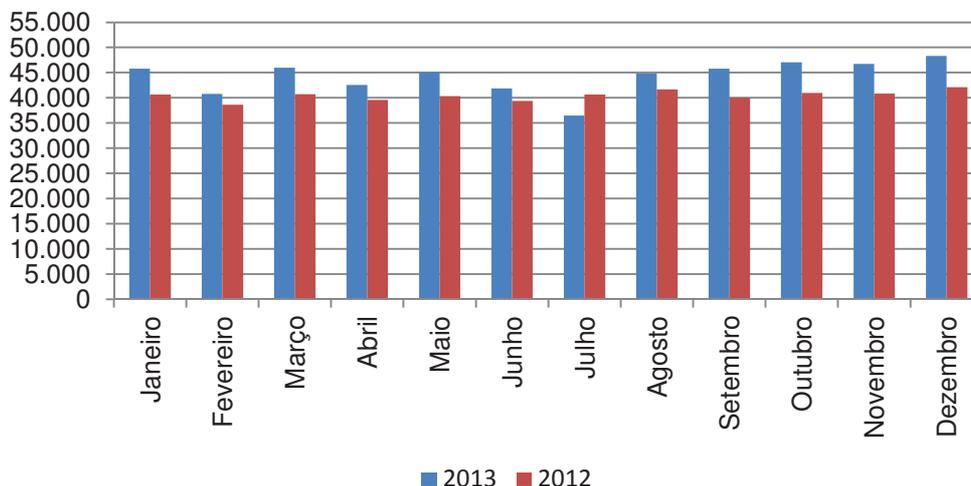
Usina	Participação (%)	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento do termo original da Autorização
Eólica				
New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO - Parque Alegria) *	80%	Guamaré/RN	151,8	12/2031
Total de fonte eólica			151,8	
Termelétrica				
Rio Amazonas Energia S.A (RAESA - Cristiano Rocha)	96%	Manaus/AM	85,0	10/2025
Total de fonte termoeletrica			85,0	
Total			236,8	

(*) Parque Eólico composto por 02 usinas

4.2 - Produção

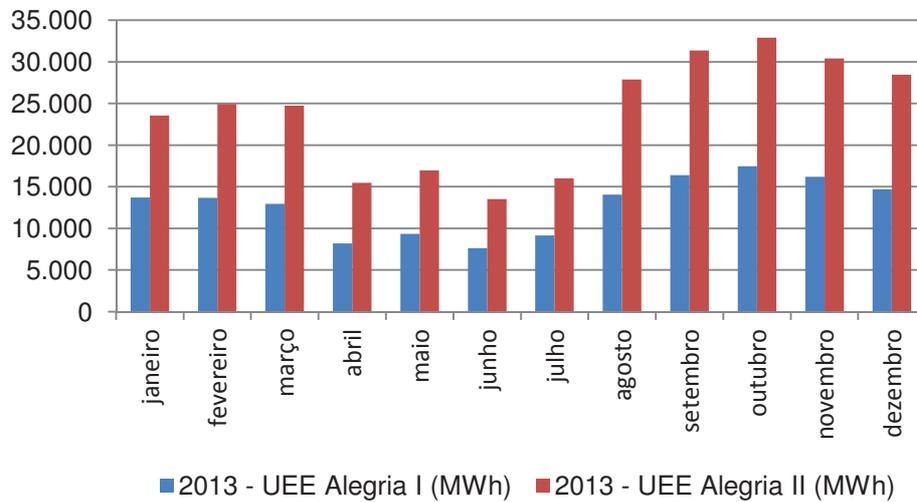
Em 2013, a produção total de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 970.979,84 MWh, ou seja, 33% maior do que a auferida no ano anterior (2012: 730.024,9 MWh). Do total gerado, a UTE Cristiano Rocha (RAESA) foi responsável por 531.321,1 MWh (2012: 485.617,5 MWh) e a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) por 439.658,79 MWh (2012: 244.407,4 MWh).

UTE Cristiano Rocha (MWh)

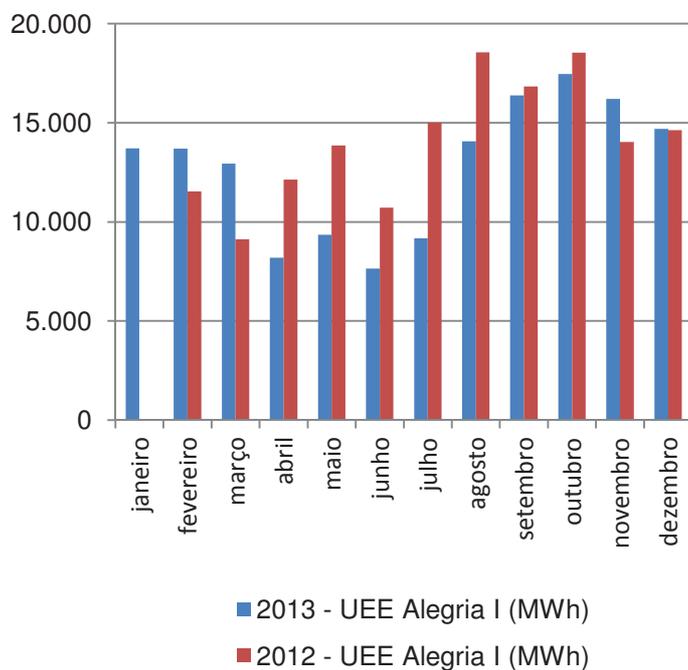




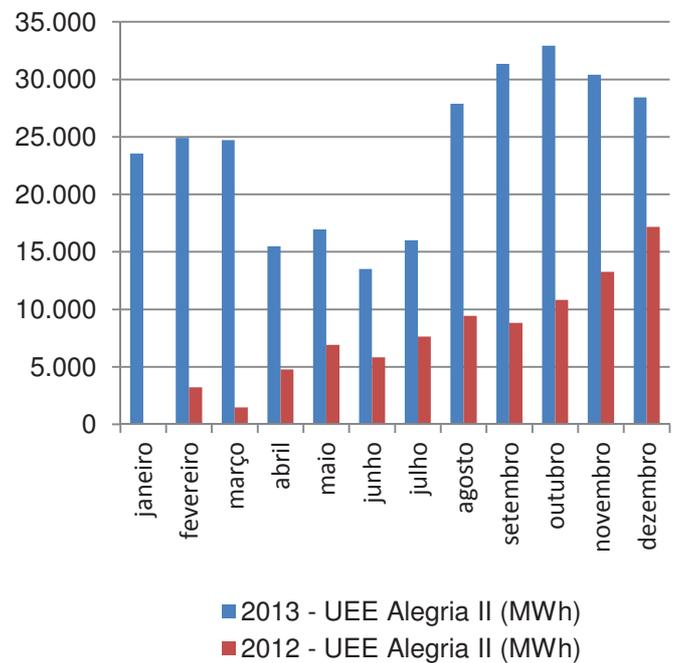
Parque Eólico Alegria



Alegria I



Alegria II





5. Desempenho Econômico-Financeiro

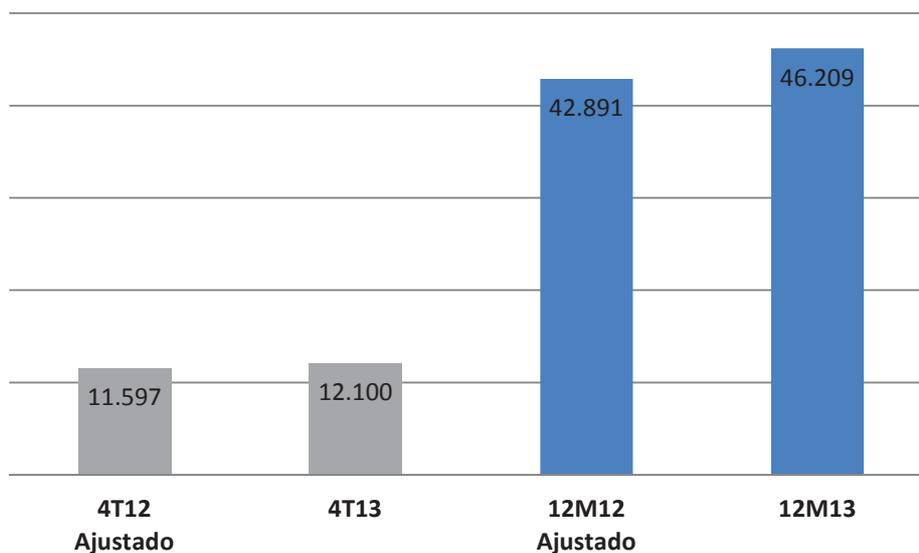
Multiner S.A. - Consolidado						
(Valores em R\$ mil)	4T12 Ajustado	4T13	Variação %	12M12 Ajustado	12M13	Variação %
Receita líquida de vendas	11.597	12.100	4,3%	42.891	46.209	7,7%
Custo das Vendas	(13.151)	(8.409)	-36,1%	(27.772)	(22.802)	-17,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(10.119)	(7.933)	-21,6%	(38.266)	(34.176)	-10,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	50.530	(12.569)	n.a.	47.816	(15.526)	n.a.
Resultado Financeiro	(8.266)	(20.633)	149,6%	(76.121)	(46.346)	-39,1%
Resultado de Equivalência Patrimonial	10.699	(13.722)	n.a.	(12.315)	(43.079)	249,8%
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	2.513	870	-65,4%	3.814	3.576	-6,2%
Lucro/ Prejuízo do exercício	43.803	(50.296)	n.a.	(59.953)	(112.144)	87,1%

5.1 Receita Líquida de Vendas

No 4T13, a receita líquida de vendas apresentou alta de 4,3%, ou R\$ 0,5 milhão, quando comparada aquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 11,5 milhões para R\$ 12,1 milhões.

Na comparação anual, a receita líquida do ano de 2013 totalizou R\$ 46,2 milhões, 7,7% acima do reportado no mesmo período do ano anterior (R\$ 42,8 milhões). Esse resultado é substancialmente representado pelo valor de venda de energia pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia (RAESA).

Receita líquida de vendas
(R\$ milhões)





5.2 Custos das Vendas de Energia

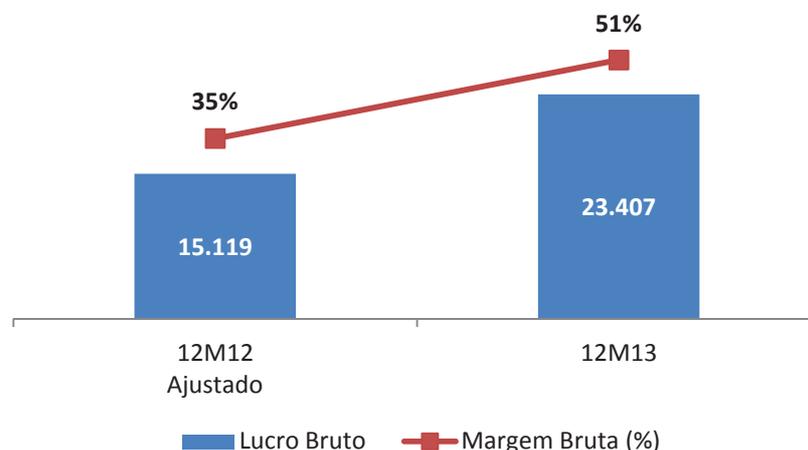
Os custos das vendas de energia foram reduzidos em 36,1%, passando de R\$ 13,1 milhões no 4T12 para R\$ 8,4 milhões no 4T13.

Nos 12M13, esses custos alcançaram R\$ 22,8 milhões, ou seja, uma redução de R\$ 4,9 milhões, ou 17,9%, aos R\$ 27,7 milhões registrados no ano de 2012. Essa variação ocorreu, essencialmente, devido à diminuição nos custos com operação e manutenção e material de consumo.

5.3 Lucro Bruto

Em 2013, o lucro bruto totalizou R\$ 23,4 milhões, ou seja, um crescimento de 54,8% quando comparado a 2012. A margem bruta de 51% em 2013, superando em 16 p.p. a obtida no mesmo período do ano anterior, mostrando assim uma maior eficiência no processo de produção.

(Valores em R\$ mil)	4T12 Ajustado	4T13	Variação %	12M12 Ajustado	12M13	Variação %
Lucro Bruto	(1.554)	3.691	n.a.	15.119	23.407	54,8%
Margem Bruta (%)	-13,4%	30,5%	n.a.	35%	51%	16 p.p.



5.4 Despesas Gerais e Administrativas

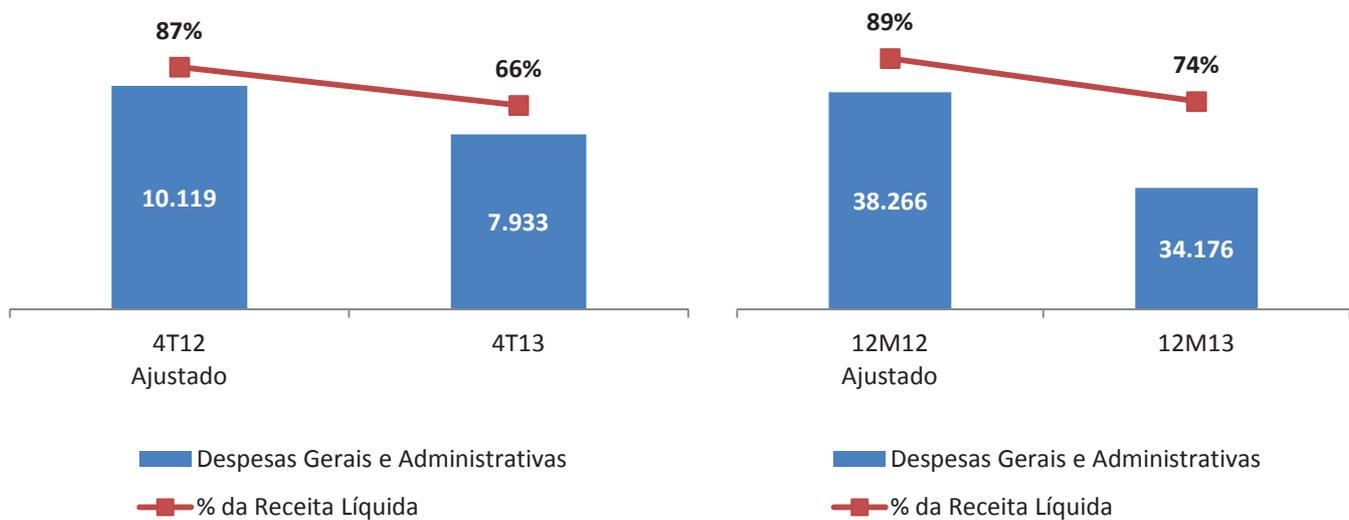
As despesas gerais e administrativas do 4T13 atingiram R\$ 7,9 milhões. Já essas despesas relativas ao 4T12 foram de R\$ 10,1 milhões. Houve uma redução de 21,6% na comparação entre este período.

Nos 12M13, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 34,1 milhões. Houve uma redução de 10,7%, ou R\$ 4,0 milhões, aos R\$ 38,2 milhões do ano de 2012. Essas despesas diminuiram



devido, essencialmente, a contratação de pessoal, consultorias e assessorias em geral e armazenagem.

(Valores em R\$ mil)	4T12 Ajustado	4T13	Variação %	12M12 Ajustado	12M13	Variação %
Despesas Gerais e Administrativas	10.119	7.933	-21,6%	38.266	34.176	-10,7%
% da Receita Líquida	87%	66%	(21 p.p.)	89%	74%	(15 p.p.)



5.5 Outras Despesas/ Receitas Operacionais

No 4T13, o saldo da conta de outras receitas/despesas operacionais ficou negativo em R\$ 12,5 milhões. No mesmo período de 2012, houve efeito positivo de R\$ 50,5 milhões.

Nos 12M13 houve um efeito negativo de R\$ 15,5 milhões, sendo R\$ 11,3 milhões perda sobre valor recuperável. No mesmo período do ano anterior houve efeito positivo de 47,8 milhões.

5.6 Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do 4T13 e dos 12M13 comparado com o mesmo período de 2012 está demonstrado no quadro a seguir:



R\$ Milhares	4T12 Ajustado	4T13	Var. %	1/1/12 a 31/12/12	1/1/13 a 31/12/13	Var. %
Varição monetária negativa	(9.886)	(12.368)	25%	(54.499)	(27.556)	-49%
Despesa com juros	(6.132)	(14.325)	134%	(45.790)	(49.583)	8%
Despesa com multas	716	(3.088)	-531%	(1.827)	(3.711)	103%
Varição cambial negativa	(1.099)	(1.731)	58%	(5.840)	(5.960)	2%
Despesa com mútuos	0	0	n.a.	(273)	0	-100%
Despesa com IOF & IOC	(5.538)	(5.455)	-1%	(5.538)	(8.846)	60%
Outras despesas financeiras	(157)	(688)	338%	(2.245)	(668)	-70%
Despesas Financeiras	(22.096)	(37.655)	70%	(116.012)	(96.324)	-17%

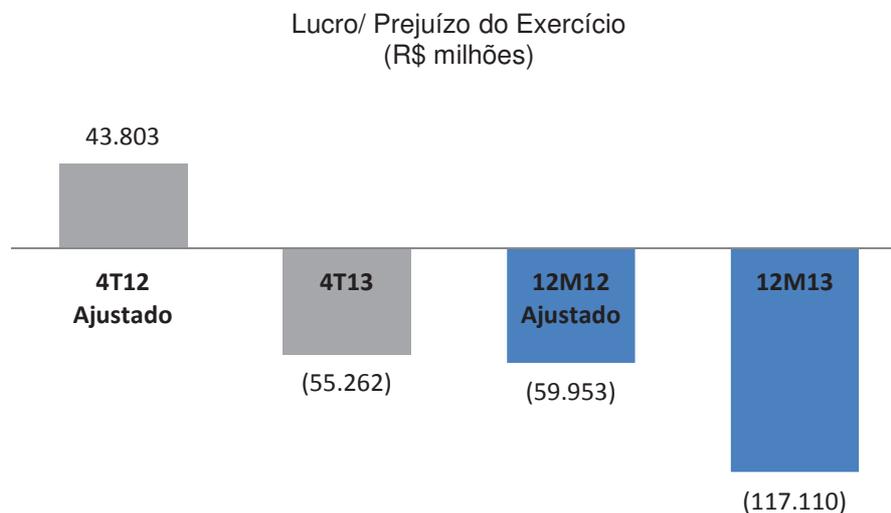
R\$ Milhares	4T12 Ajustado	4T13	Var. %	1/1/12 a 31/12/12	1/1/13 a 31/12/13	Var. %
Receita com aplicação financeira	385	4.876	1166%	1.553	4.957	219%
Varição monetária positiva	650	1.082	66%	3.322	3.749	13%
Receita com mútuos	2.530	4.532	79%	8.391	12.887	54%
Varição cambial positiva	262	175	-33%	1.480	5.110	245%
Atualização monetária s/ créditos tributários	459	715	56%	2.408	2.573	7%
Juros s/ arrendamento financeiro	4.212	5.243	24%	17.121	19.233	12%
Ganho parcelamento ICMS	5.327	0	-100%	5.327	0	-100%
Outras receitas financeiras	5	399	7880%	289	1.469	408%
Receitas Financeiras	13.830	17.022	23%	39.891	49.978	25%

Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	(8.266)	(20.633)	150%	(76.121)	(46.346)	-39%
--	----------------	-----------------	-------------	-----------------	-----------------	-------------

5.7 Lucro/ Prejuízo Líquido

No 4T13, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 55,2 milhões, devido, essencialmente, a conta de resultado financeiro.

No exercício de 2013, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 117,1 milhões. Resultado essencialmente provocado da combinação de outras despesas/receitas operacionais e equivalência patrimonial, fatores que já foram considerados ao longo desse relatório.





6. Endividamento Bancário

A Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Sendo assim, não visualizaremos o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial, que é o caso da New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO).

O endividamento bancário da Multiner, em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 580,5 milhões, contra R\$ 528,3 milhões, ajustados, em 31 de dezembro 2012.

Multiner S.A. - Consolidado					
Endividamento (Valores em R\$ mil)	30/3/2013	30/6/2013	30/9/2013	31/12/2013	31/12/2012 (Ajustado)
Curto Prazo	(98.579)	(209.842)	(220.626)	(228.277)	(83.954)
Longo Prazo	(472.063)	(353.086)	(357.293)	(360.144)	(475.792)
(=) Endividamento	(570.642)	(562.928)	(577.919)	(588.421)	(559.746)
Disponibilidades	82	181	129	7.831	31.407
(=) Dívida Líquida	(570.560)	(562.747)	(577.790)	(580.590)	(528.339)

Obs: A Companhia não apresenta dívida em moeda estrangeira.

7. Geração de Caixa

O caixa gerado pelas atividades operacionais em 31/12/2013 totalizaram o valor de R\$ 144,9 milhões positivos. Em 2012 este valor ficou negativo em R\$ 174,3 milhões.

8. Eventos Subsequentes

- **Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)**

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 a dezembro de 2013, num total de aproximadamente R\$ 69.598 mil. Parte da liquidação das parcelas em atraso foram efetuadas em 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo, conforme acordo firmado com os credores.

- **Contas a Receber – Amazonas Distribuidora de Energia S.A.**

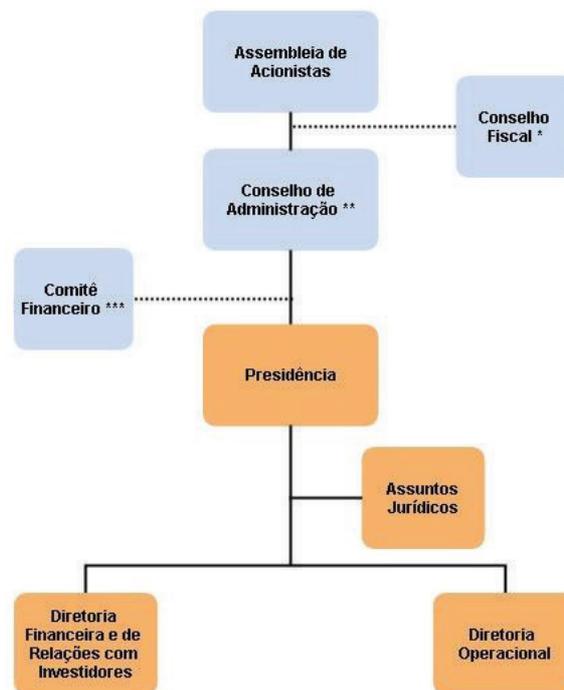
Em 28 de fevereiro de 2014, foi celebrado acordo com Amazonas Distribuidora de Energia S.A. para regularizar as inadimplências referentes ao ano de 2013, cujo valores somavam R\$ 40,9 milhões. Valores estes já regularizados.



9. Governança Corporativa

Registrada como companhia aberta desde 2008, a Multiner está comprometida com as melhores práticas de Governança Corporativa e com os princípios de transparência e equidade a todos os seus públicos.

A seguir é apresentado o organograma da Administração da Companhia, vigente em 31.12.2013.



(*) Composto por quatro membros e dois suplentes funcionando em caráter permanente. Podem ser eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia de Acionistas.

(**) Composto por cinco membros e dois suplentes: Presidente e quatro conselheiros, sendo dois da controladora e dois representantes dos demais acionistas.

(***) O Comitê Financeiro é um órgão colegiado de assessoramento, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, de caráter transitório, com delegação de poderes para deliberar sobre a aplicação de recursos disponíveis no caixa da Companhia e eventual revisão dos contratos firmados pela Multiner. É composto por seis membros cujos mandatos coincidem com o mandato dos Conselheiros de Administração.

9.1 Política de Divulgação de Informações

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com política de divulgação que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se:

- Informações Trimestrais;
- Relatório de Desempenho e Administração;
- Demonstrações Contábeis;



- Comunicados ao Mercado;
- Avisos aos Acionistas;
- Fatos Relevantes.

10. Relações com Investidores

A Multiner vem buscando manter um relacionamento sólido com seus atuais e potenciais investidores, baseado nos princípios de transparência, objetividade e disponibilidade. Para isso, além de publicar constantemente informativos sobre acontecimentos relevantes e seus resultados trimestrais, possui um departamento de relações com investidores e uma seção específica para esse público no site da Companhia, que foi totalmente reestruturado. Essa estratégia tem por objetivo melhor atendê-los.

O Departamento de Relações com Investidores é responsável pelo atendimento aos acionistas, órgãos reguladores, potenciais investidores e demais interessados, e pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia.

11. Recursos Humanos

11.1 Perfil dos Colaboradores

A gestão do capital humano é um ativo intangível estratégico da Multiner. O compromisso com as pessoas determina o desenvolvimento das competências e a valorização do trabalho em equipe e do mérito.

Ao final de 2013, a Companhia contava com 46 colaboradores notadamente qualificados: 67,39 % destes possuem nível de escolaridade superior e 6,52 % possuem curso de especialização. Dentre os demais, 17,39 % estão cursando o nível superior e 8,70 % concluíram o ensino médio. A média de idade dos colaboradores foi de 36 anos e as faixas etárias seguiram a seguinte distribuição: até 35 anos (50 %), de 36 a 45 anos (34,78 %) e acima dos 45 anos (15,22 %). Os colaboradores diretos e indiretos da Multiner e suas controladas estão expostos a seguir: Diretos: MULTINER (32), NEW ENERGY (06), RAESA (07) e TERMOPOWER VI (01); Indiretos: MULTINER (03); NEW ENERGY (45); RAESA (26).

12. Meio Ambiente

A Multiner entende que respeitando o meio ambiente, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, garante o sucesso de seus empreendimentos de geração de energia. A empresa é comprometida com o Desenvolvimento Sustentável e vem implantando diversos programas e ações ambientais visando a conservação dos ecossistemas e a mitigação ou potencialização de eventuais impactos socioambientais gerados por seus empreendimentos, atendendo aos compromissos assumidos durante todo o processo de licenciamento ambiental,



que se encontram em conformidade com a legislação ambiental municipal, estadual e federal, em suas diversas etapas.

Entre as ações ambientais que realizamos podemos citar: monitoramento da qualidade do ar, monitoramento de efluentes domésticos e industriais, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental em escolas e núcleos urbanos, salvamento e resgate de sítios arqueológicos, estudo de dinâmica de aquíferos, reflorestamento de áreas com espécies nativas, entre outros.

13. Outras Informações

13.1 Auditores Independentes

Informamos que a empresa de auditoria Boucinhas Campos & Conti Auditores Independentes, a partir de 15.03.2013, foi contratada para auditar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2012 e 2013, em substituição à KPMG Auditores Independentes. O valor total do serviço prestado foi de R\$ 128,2 mil.

Não foram prestados outros serviços não relacionados à auditoria externa.

13.2 Declaração da Diretoria

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis contidas neste relatório e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

14. Agradecimentos

A Multiner agradece a contribuição de seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e demais partes interessadas pelo apoio recebido.

A Administração

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado			31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	110.308	20.727	112.536	20.795	Empréstimos e Financiamentos	18	111.699	5.999	228.277	83.954
Aplicações financeiras vinculadas	8	-	10.611	1	10.612	Fornecedores	19	2.786	1.798	156.178	156.956
Contas a receber	9	-	-	135.977	129.791	Salários e encargos sociais		707	1.842	896	1.925
Adiantamentos a fornecedores	10	2.988	1.711	4.969	26.113	Obrigações fiscais	20	10.701	7.264	27.124	20.573
Pagamentos antecipados	11	65	158	376	665	Contas a pagar	21	-	1.449	-	1.449
Impostos a recuperar	12	-	-	9.491	13.599	Débitos com partes relacionadas	22	-	4	10	4
Arrendamento financeiro a receber	33	-	-	11.432	8.094	Outros		-	2.529	638	3.102
Bens disponíveis para a venda		-	12	147	12			<u>125.893</u>	<u>20.885</u>	<u>413.123</u>	<u>267.963</u>
Outros créditos		3	8	137	3.276						
		<u>113.364</u>	<u>33.227</u>	<u>275.066</u>	<u>212.957</u>	Não circulante					
Não circulante						Não circulante					
Adiantamentos a fornecedores	10	122	122	4.389	4.409	Empréstimos e Financiamentos	18	-	114.292	360.144	475.792
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	14.454	264.513	11.026	131.935	Obrigações fiscais	20	8.784	-	33.937	32.503
Creditos com partes relacionadas	22	236.055	205.071	236.055	182.108	Provisão para passivo a descoberto	12	128.831	229.140	1.816	46.693
Impostos diferidos	12	-	-	23.486	25.880	Fornecedores	19	-	8.921	3.374	12.295
Impostos e Contribuições a Recuperar	12	6.116	6.391	40.473	36.706	Impostos diferidos	10	-	-	51.687	57.657
Arrendamento financeiro a receber	33	-	-	194.590	156.516	Provisão para contingências	23	900	-	2.236	1.336
Depósitos vinculados	13	606	14.456	959	14.809	Contas a Pagar		1.506	-	1.506	-
		<u>257.353</u>	<u>490.553</u>	<u>510.978</u>	<u>552.363</u>	Débitos com partes relacionadas	22	41.358	33.169	4	-
						Outros		<u>2.528</u>	<u>-</u>	<u>5.923</u>	<u>2.898</u>
								<u>183.907</u>	<u>385.522</u>	<u>460.627</u>	<u>629.174</u>
Investimentos	14	155.840	92.371	51.743	-	Patrimônio líquido					
Propriedades para investimento	15	5.298	5.298	5.298	5.298	24					
Imobilizado	16	54.368	54.374	78.428	152.907	Capital social		647.314	541.888	647.314	541.888
Intangível	17	342	5.719	229.010	244.600	Reservas de capital		347.477	347.477	347.477	347.477
		<u>473.201</u>	<u>648.315</u>	<u>875.457</u>	<u>955.168</u>	Prejuízos acumulados		<u>(718.026)</u>	<u>(614.230)</u>	<u>(717.897)</u>	<u>(614.101)</u>
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores					
								<u>276.765</u>	<u>275.135</u>	<u>276.894</u>	<u>275.264</u>
						Participação de não controladores					
								<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(121)</u>	<u>(4.276)</u>
								<u>276.765</u>	<u>275.135</u>	<u>276.773</u>	<u>270.988</u>
Total do Ativo		<u><u>586.565</u></u>	<u><u>681.542</u></u>	<u><u>1.150.523</u></u>	<u><u>1.168.125</u></u>	Total do Passivo e Patrimonio Líquido		<u><u>586.565</u></u>	<u><u>681.542</u></u>	<u><u>1.150.523</u></u>	<u><u>1.168.125</u></u>
								<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012 Ajustado	01/01/2013 à 31/12/2013	01/01/2012 à 31/12/2012 Ajustado
Receita líquida de vendas	25	-	-	46.209	42.891
Custo das Vendas	27	-	-	(22.802)	(27.772)
Lucro Bruto		-	-	23.407	15.119
Despesas Gerais e Administrativas	26	(15.207)	(14.989)	(34.176)	(38.266)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	28	(10.114)	62.023	(15.526)	47.816
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(25.321)	47.034	(26.295)	24.669
Receitas Financeiras	30	24.223	17.163	49.978	39.891
Despesas Financeiras	30	(34.214)	(43.302)	(96.324)	(116.012)
Financeiras líquidas	30	(9.991)	(26.139)	(46.346)	(76.121)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		(76.860)	(77.491)	(43.079)	(12.315)
Resultado antes dos impostos		(112.172)	(56.596)	(115.720)	(63.767)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos		-	-	3.576	3.814
Prejuízo do exercício		(112.172)	(56.596)	(112.144)	(59.953)
Prejuízo atribuível aos :					
Acionistas controladores	32	(112.172)	(56.596)	(112.172)	(56.596)
Acionistas não controladores		-	-	28	(3.357)
Prejuízo do exercício		(112.172)	(56.596)	(112.144)	(59.953)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)				6.343	5.713
Prejuízo por ação do capital integralizado no final do exercício - R\$				(18)	(10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações do Valor Adicionado

Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação do capital integralizado)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado	31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Receitas				
Receita de vendas	-	-	85.840	79.249
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	24.223	17.163	49.978	39.891
Resultado de equivalência patrimonial	(76.860)	(77.491)	(43.079)	(12.315)
Insumos adquiridos de terceiros				
Matéria prima e insumos	-	-	(22.802)	(27.772)
Serviços de terceiros e outros	(18.114)	51.290	(28.730)	28.201
Retenções				
Depreciação e amortização	(71)	(67)	(10.296)	(10.290)
Valor adicionado a distribuir	<u>(70.822)</u>	<u>(9.105)</u>	<u>30.911</u>	<u>96.964</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Salários e encargos sociais	3.574	2.468	6.251	5.071
Remuneração direta	2.477	1.864	4.407	3.960
Benefícios	761	477	1.290	831
FGTS	336	127	554	280
Honorários dos administradores	1.996	904	2.015	1.491
Remuneração direta	1.635	646	1.654	1.227
Benefícios	361	258	361	264
	<u>5.570</u>	<u>3.372</u>	<u>8.266</u>	<u>6.562</u>
Tributos				
Federais	1.468	715	9.408	7.622
Estaduais	65	63	29.024	26.682
Municipais	33	39	33	39
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e variações monetárias	34.214	43.302	96.324	116.012
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(112.172)	(56.596)	(112.172)	(56.596)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	28	(3.357)
Valor adicionado distribuído	<u>(70.822)</u>	<u>(9.105)</u>	<u>30.911</u>	<u>96.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	01/01 a 31/12/13	01/01 a 31/12/2012 Ajustado	01/01 a 31/12/13	01/01 a 31/12/2012 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(112.172)	(56.596)	(112.172)	(56.596)
Ajustes para:				
Depreciação	47	49	48	76
Amortização	24	17	10.238	10.214
Ativo permanente baixado	-	4	88.345	2.705
Reversão de Ativo permanente baixado	-	-	(4.562)	-
Amortização de custos de captação	401	16.829	401	16.829
Encargos de financiamentos	17.230	34.261	73.526	98.250
Resultado de equivalência patrimonial	76.860	77.491	43.079	12.315
Baixa de Intangível	5.426	2.677	-	-
Encargos em atraso - pagamento de Impostos	-	-	-	(8.941)
Perdas com investimentos	2.090	(31.439)	-	(8.760)
Baixas de investimentos	-	(383)	-	-
Provisão/Reversão para Contingências	-	(32.938)	-	(73.671)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	-	-	(3.576)	(1.453)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(61)	(5.881)
	(10.094)	9.972	95.266	(14.913)
Aumento (redução) nos ativos/passivos				
De contas a receber e outras contas a receber	-	-	(6.186)	(32.610)
De adiantamentos a fornecedores	(1.277)	(733)	21.164	(11.573)
De partes relacionadas	(22.787)	(106.323)	(53.937)	(123.267)
De impostos a recuperar	275	(1.011)	341	(6.529)
De pagamentos antecipados	93	(67)	289	(285)
De adiantamento para futuro aumento de capital	250.059	(93.027)	120.909	(22.670)
De arrendamento financeiro a receber	-	-	(41.547)	6.942
De depósitos vinculados	13.850	(14.456)	13.850	(14.774)
De outros créditos	5	1.051	942	2.689
De obrigações fiscais	12.221	3.533	7.985	13.033
De fornecedores	(7.933)	(2.896)	(9.699)	30.893
Do contas a pagar e outros	57	128	57	(346)
De outros passivos	(1)	4	560	424
De salários e outros encargos	(235)	(1.367)	(129)	(1.346)
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	234.233	(205.192)	149.865	(174.332)
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aplicações financeiras vinculadas	10.611	(10.611)	10.611	(5.800)
Investimentos - aquisição	(234.352)	(427)	(124.909)	(427)
Imobilizado - aquisição	(41)	(33)	(3.927)	(18.123)
No intangível - aquisição	(73)	(6)	(73)	(10)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	(223.855)	(11.077)	(118.298)	(24.360)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Aumento de Capital	105.426	391.635	105.426	391.635
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(58.511)	(15.928)	(75.172)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(26.223)	(100.316)	(29.324)	(105.255)
Caixa proveniente (usado em) de atividades de financiamento	79.203	232.808	60.174	211.208
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	89.581	16.539	91.741	12.516
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	20.727	4.188	20.795	8.279
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	110.308	20.727	112.536	20.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Controladora

Período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

		Reservas de capital		Total das Reservas	
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Ajustado Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	150.253	269.362	78.115	(557.634)	(59.904)
Aumento de capital através de integralização de ações	391.635	-	-	-	391.635
Prejuízo do exercício	-	-	-	(56.596)	(56.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - Ajustado	<u>541.888</u>	<u>269.362</u>	<u>78.115</u>	<u>(614.230)</u>	<u>275.135</u>
Aumento de capital através de integralização de ações	105.426	-	-	-	105.426
Ajuste de Exercícios anteriores - Nota explicativa nº 6	-	-	-	12.503	12.503
Ajuste de aumento de participação societária	-	-	-	(4.127)	(4.127)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(112.172)	(112.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>647.314</u>	<u>269.362</u>	<u>78.115</u>	<u>(718.026)</u>	<u>276.765</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Ajustado		Participação de acionistas não controladores	Total
	Capital social	Ágio na emissão de ações	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	150.253	269.362	78.115	(557.505)	(59.775)	(1.187)	(60.962)
Aumento de capital através de integralização de ações	391.635	-	-	-	391.635	-	391.635
Prejuízo do exercício	-	-	-	(56.596)	(56.596)	(3.089)	(59.685)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 - Ajustado	541.888	269.362	78.115	(614.101)	275.264	(4.276)	270.988
Aumento de capital através de integralização de ações	105.426	-	-	-	105.426	-	105.426
Ajuste de Exercícios anteriores - Nota explicativa nº 6				12.503	12.503		12.503
Ajuste de aumento de participação societária - exercícios anteriores				(4.127)	(4.127)	4.127	-
Ajuste da redução de participação societária - exercícios atual						28	28
Prejuízo do exercício	-	-	-	(112.172)	(112.172)	-	(112.172)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>647.314</u>	<u>269.362</u>	<u>78.115</u>	<u>(717.897)</u>	<u>276.894</u>	<u>(121)</u>	<u>276.773</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- - - -

Multiner S.A.

Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2013 e 2012

CONTEÚDO

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. AJUSTES RETROSPECTIVOS E RECLASSIFICAÇÃO DE ITENS DO ATIVO E PASSIVO e RESULTADO PARA 2012
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
9. CONTAS A RECEBER
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
11. PAGAMENTOS ANTECIPADOS
12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
13. DEPÓSITOS VINCULADOS
14. INVESTIMENTOS
15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
16. IMOBILIZADO
17. INTANGÍVEL
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19. FORNECEDORES
20. OBRIGAÇÕES FISCAIS
21. CONTAS A PAGAR
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
27. CUSTO DAS VENDAS
28. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
29. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
30. RESULTADO FINANCEIRO
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
33. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (54%)*, com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital total pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 46%)*, administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por doze fundações de previdência, tais como: PETROS, POSTALIS, FUNCEF, INFRAPREV, REFER, CELOS, FACEB, METRUS, FUNDIÁGUA, REGIUS, CAPAF e ELETRA .

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

() O fechamento do contrato de reorganização ainda pende do implemento de condições e da prática de atos, cuja expectativa é de que ocorram no início de 2014. Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcello Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Desse total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletro-eletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações anuais incluem:

As informações anuais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

As informações anuais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações anuais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 4.1.2.

Algumas adequações foram procedidas nas informações anuais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações anuais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Dessa forma, as informações anuais individuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações anuais utilizadas na preparação das informações anuais consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

ativo diferido, conforme previsto no CPC 43- Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos. As reconciliações do patrimônio líquido da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.2.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 28 de março de 2014, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações anuais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações anuais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações anuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 13 - Propriedade para investimento
Nota 31 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 7 - Contas a receber
Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido
Nota 12 - Investimentos
Nota 15 - Intangível
Nota 21 - Contingências.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações anuais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, publicadas na CVM em 4 de setembro de 2013.

As primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo o IFRS - *First time adoption* como base de elaboração, foram as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 - balanço de abertura do exercício social de 2009 (vide demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	31/12/2013	31/12/2012
2007 Participações S.A.	99,99%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no período findo em 31 de dezembro de 2013 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Conciliação do Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na Nota Explicativa Nº 3a, o patrimônio líquido da controladora difere do patrimônio líquido consolidado em função do saldo de ativo diferido existente no encerramento de cada exercício, que nas demonstrações financeiras individuais da controlada e das investidas preparadas de acordo com o BR GAAP foi mantido no ativo não-circulante e nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS foi baixado contra lucros acumulados.

	31/12/2013	31/12/2012
Saldos na controladora	276.765	275.135
Ajuste por manutenção do ativo diferido	<u>129</u>	<u>129</u>
Saldos no consolidado	<u><u>276.894</u></u>	<u><u>275.264</u></u>

4.1.3. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.4. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.5. Controladas e controladas em conjunto

As informações anuais de controladas são incluídas nas informações anuais consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures).

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.6. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.7.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.7.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.8. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais são resgatáveis, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.9. Imobilizado

4.1.9.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis a aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas da Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.9.2. Reclassificação para propriedade para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.9.2.1. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos - Administração	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.10. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 17.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 17.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.10.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.10.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.10.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.10.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.11. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 15.

4.1.12. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a e 4.1.2, nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.13. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 33.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.14. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.14.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.14.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.15. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.17. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadram como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.20. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.21. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.22. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, não está sendo apresentada porque não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

4.1.23. Novas normas e interpretações e mudanças na legislação

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

(i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38) – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

IAS 28 (CPC 18) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Nova redação - estabelece a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

IAS 19 (CPC 33) Benefícios a Empregados - Nova redação - deve ser aplicada pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações.

IFRS 10 (CPC 36) Demonstrações Consolidadas – Nova redação - traz novos princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Além disso, estabelece que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas; define o princípio e estabelece o controle como a base para a consolidação; define como aplicar o princípio de controle para identificar se um investidor controla a investida e, portanto, deve consolidá-la e os requisitos contábeis para a elaboração de demonstrações consolidadas.

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial – Nova redação - Esta Interpretação visa esclarecer e orientar questões inerentes aos pronunciamentos contábeis emitidos, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto).

IFRS 12 (CPC 45) Divulgação de Participações em outras Entidades – exige que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliarem:

- a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações;
- os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

- os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para estabelecer o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação;
- as informações sobre suas participações em controladas; negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas).

IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo - define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

IFRIC 20 (ICPC 18) Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção - Esta Interpretação deve ser aplicada aos custos de remoção de estéril, incorridos na mina de superfície durante a fase de produção da mina (custos de remoção de estéril e outros resíduos minerais na fase produtiva). Ainda no documento emitido pelo IASB, *Basis for Conclusions* da IFRIC 20, em seu item BC4, é ressaltado que a Interpretação se aplica à atividade de mineração de superfície (e não de subsolo - *underground*), contemplando a extração de todo e qualquer recurso natural, inclusive carvão. Contudo estão de fora as atividades de extração de óleo e gás natural.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

(ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em fase de discussão:

IFRS 06 (CPC 34) Exploração de Avaliação de Recursos Minerais - Refere-se ao tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento enfatiza a necessidade de definição das políticas contábeis adotadas pela entidade para tratamento dos gastos envolvidos, notadamente, os ativos, os quais devem ser avaliados ao custo de aquisição e submetidos regularmente à avaliação da capacidade de recuperação do valor envolvido. Este

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Pronunciamento exige divulgação das políticas contábeis adotadas, dos valores relacionados com a exploração e avaliação, inclusive os relacionados com a perda por irrecuperabilidade de ativos, e ainda, do passivo, receitas e despesas e fluxos de caixa futuros. Determina, ainda, a incorporação aos ativos intangíveis do valor de baixa dos ativos tangíveis utilizados para o desenvolvimento daqueles, de acordo com o período de competência.

IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – A proposta de revisão da ICPC 09 decorrente substancialmente da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) em função das alterações feitas pelo IASB na norma internacional de contabilidade IAS 28, cuja vigência é a partir dos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

(iii) Legislação Tributária

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior ; e
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Refis da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão em lei. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia avaliou estas alterações e, com base no texto vigente, estima não haver efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. *Ativos intangíveis*

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. *Contas a receber de arrendamento financeiro*

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 33.

d. *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Ajustes Retrospectivos a 2012

A Companhia ajustou os saldos de 31 de dezembro de 2012 no Balanço Patrimonial e no resultado, devido à adequação aos CPC 18 e 36 e ao ICPC 09, cujas redações foram modificadas em relação a novos princípios de apresentação e a

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

elaboração das demonstrações financeiras de Companhias que devem aplicar o método de equivalência patrimonial em empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures).

Segue abaixo quadro comparativo com os efeitos dos ajustes:

Ativo	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	27.889	-7.094	20.795
Aplicações financeiras vinculadas	79.214	-68.602	10.612
Contas a receber	136.536	-6.745	129.791
Adiantamentos a fornecedores	28.513	-2.400	26.113
Pagamentos antecipados	1.610	-945	665
Impostos a recuperar	34.949	-21.350	13.599
Arrendamento financeiro a receber	8.094	-	8.094
Bens disponíveis para a venda	5.362	-5.350	12
Outros créditos	3.662	-110	3.552
	<u>325.829</u>	<u>-112.596</u>	<u>213.233</u>
Não circulante			
Adiantamentos a fornecedores	4.416	-7	4.409
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	131.935	131.935
Creditos com partes relacionadas	180.409	1.699	182.108
Impostos diferidos	26.309	-429	25.880
Impostos e Contribuições a Recuperar	75.392	-38.686	36.706
Arrendamento financeiro a receber	156.516	-	156.516
Depósitos vinculados	16.998	-2.189	14.809
	<u>460.040</u>	<u>92.323</u>	<u>552.363</u>
Investimentos			
Propriedades para investimento	5.298	-	5.298
Imobilizado	881.865	-728.958	152.907
Intangível	244.601	-1	244.600
	<u>1.591.804</u>	<u>-636.636</u>	<u>955.168</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>-749.232</u>	<u>1.168.401</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Passivo	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	131.018	(47.064)	83.954
Fornecedores	167.356	(10.400)	156.956
Salários e encargos sociais	1.990	(65)	1.925
Obrigações fiscais	20.929	(356)	20.573
Contas a pagar	1.511	(62)	1.449
Débitos com partes relacionadas	507	(503)	4
Outros	3.102	-	3.102
	<u>326.413</u>	<u>(58.450)</u>	<u>267.963</u>
Não circulante			
Empréstimos e Financiamentos	1.222.199	(746.407)	475.792
Obrigações fiscais	32.503	-	32.503
Adto para Futuro aumento de Capital	135	(135)	-
Provisão para passivo a descoberto	-	46.693	46.693
Fornecedores	12.295	-	12.295
Impostos diferidos	57.657	-	57.657
Provisão para contingências	1.336	-	1.336
Contas a Pagar	47	(47)	-
Outros	2.897	1	2.898
	<u>1.329.069</u>	<u>(699.895)</u>	<u>629.174</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	541.888	-	541.888
Reservas de capital	347.477	-	347.477
Prejuízos acumulados	(622.698)	8.862	(613.836)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>266.667</u>	<u>8.862</u>	<u>275.529</u>
Participação de não controladores	<u>(4.516)</u>	<u>251</u>	<u>(4.265)</u>
	<u>262.151</u>	<u>9.113</u>	<u>271.264</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>(749.232)</u>	<u>1.168.401</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Demonstração de Resultado	01/01/2012 à 31/12/2012	Ajustes	01/01/2012 à 31/12/2012
Receita líquida de vendas	74.742	(31.851)	42.891
Custo das Vendas	<u>(51.390)</u>	<u>23.618</u>	<u>(27.772)</u>
Lucro Bruto	23.352	(8.233)	15.119
Despesas Gerais e Administrativas	(45.948)	7.682	(38.266)
Outras Despesas Operacionais	72.197	(24.381)	47.816
	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	49.601	(24.932)	24.669
Receitas Financeiras	45.491	(5.600)	39.891
Despesas Financeiras	<u>(156.510)</u>	<u>40.498</u>	<u>(116.012)</u>
Financeiras líquidas	<u>(111.019)</u>	<u>34.898</u>	<u>(76.121)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	<u> </u>	<u>(12.315)</u>	<u>(12.315)</u>
Resultado antes dos impostos	(61.418)	(2.349)	(63.767)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	<u>3.814</u>	<u>-</u>	<u>3.814</u>
Prejuízo do exercício	(57.604)	(2.349)	(59.953)
Prejuízo atribuível aos:			
Acionistas Controladores	(56.331)	(265)	(56.596)
Acionistas Não Controladores	<u>(1.273)</u>	<u>(2.084)</u>	<u>(3.357)</u>
Prejuízo do Exercício	<u>(57.604)</u>	<u>(2.349)</u>	<u>(59.953)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ajustes Retrospectivos e reclassificação de itens do ativo e passivo para 2012

Reconciliação do patrimônio líquido e o resultado do período entre as práticas contábeis anteriormente adotadas em relação à retificação de erros de períodos anteriores, no reconhecimento e mensuração da participação dos minoritários e na linha de outros créditos referentes à reclassificação da provisão sobre Pesquisa e Desenvolvimento.

	Controladora	Consolidado
	2012	2012
Patrimônio Líquido divulgado pelos critérios contábeis anteriores	(275.398)	(275.529)
Ajuste Provisão Pesquisa e Desenvolvimento	265	276
Ajuste diferença participação societária	-	(11)
Patrimônio líquido apurado pela retificação de erro	<u>(275.135)</u>	<u>(275.264)</u>
	2012	2012
Resultado divulgado pelos critérios contábeis anteriores	(56.331)	(56.331)
Ajuste Provisão Pesquisa e Desenvolvimento	(265)	(265)
Resultado líquido apurado pela retificação de erro	<u>(56.596)</u>	<u>(56.596)</u>

Explicação dos efeitos decorrentes de erro de período anterior:

Reclassificação para o patrimônio líquido de valores contabilizados erroneamente no ativo circulante, referente valores a investir em Pesquisa e Desenvolvimento dos períodos de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Ajustes Retrospectivos dos itens do ativo e passivo anteriores à 2012 lançados no Patrimônio Líquido de 2013, conforme Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido.

	<u>Controladora</u> <u>2012</u>	<u>Consolidado</u> <u>2012</u>
Ajuste do imobilizado conforme auto de infração na Controlada New Energy	(14.790)	(14.790)
Ajuste Provisão Pesquisa e Desenvolvimento	2.197	2.197
Total dos ajustes	<u>(12.593)</u>	<u>(12.593)</u>

Explicação dos efeitos decorrentes de erro de período anterior:

Reclassificação para o patrimônio líquido de valores contabilizados erroneamente no ativo circulante, referente valores a investir em Pesquisa e Desenvolvimento dos períodos de 2006 a 2012, e ajuste do auto de infração da controlada New Energy, onde os valores em 2010 haviam sido contabilizados em resultado.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	3	3	3	3
Bancos conta movimento	3	19.153	2.229	19.209
Aplicações financeiras	<u>110.302</u>	<u>1.571</u>	<u>110.304</u>	<u>1.583</u>
	<u>110.308</u>	<u>20.727</u>	<u>112.536</u>	<u>20.795</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CCBs	IGMP + 9 a 10%	110.302	-	110.302	-
CDBs	110% do CDI	-	-	-	-
CDBs	100% do CDI	-	1.571	-	1.571
Título de Renda Fixa	95% do CDI	-	-	-	12
Itaú - Aplic. Automáticas		-	-	2	-
		<u>110.302</u>	<u>1.571</u>	<u>110.304</u>	<u>1.583</u>

Os valores de aplicação no valor de R\$110.302 são referentes à subscrição de ações em 27 de dezembro de 2013, pelo FIP Multiner, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Título de Renda Fixa	80% CDI	-	9.686	-	9.686
Título de Renda Fixa	100% CDI	-	-	-	0
Título de Renda Fixa	100,5% CDI	-	925	-	926
Itaú Cash DI		-	-	1	-
		<u>-</u>	<u>10.611</u>	<u>1</u>	<u>10.612</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

9. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	35.446	18.301
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	100.531	111.490
	<u>135.977</u>	<u>129.791</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

(1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

(i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de setembro (parte), outubro, novembro e dezembro de 2013 no valor de R\$ 29.324.

(ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013 no valor de R\$ 6.122.

(2) Valores a receber no valor de R\$ 100.531 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

10. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda (1)	-	-	3.617	3.617
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber of Commerce	375	327	375	327
CCEE-Câmara de Comerc. de Energia Elétrica	-	842	1.971	2.812
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Rodrigo Reck Dias - EPP	2.100	-	2.100	-
Tecmon Montagens Tec. Industriais Ltda. (2)	-	-	-	22.406
Outros	83	111	221	285
Total	3.110	1.833	9.358	30.522
Circulante	2.988	1.711	4.969	26.113
Não Circulante	122	122	4.389	4.409

- (1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTEL Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos da Companhia.
- (2) Os adiantamentos concedidos a Tecmon Montagens Técnicas e Industriais Ltda nas controladas Termopower V e Termopower VI foram transferidos para a Bolognesi Participações S.A. conforme contrato de cessão de crédito.

11. Pagamentos antecipados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ace Seguradora S.A.	-	3	-	3
Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	-	-	223	242
J. Malucelli Seguradora S/A	5	-	5	253
Seguro Fiança Locatícia	-	65	-	65
Outros	60	90	148	102
Total de pagamento antecipado	65	158	376	665

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

12. Impostos a recuperar e diferidos

12.1. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social	4.508	4.494	31.083	26.145
COFINS	1.272	1.272	5.057	3.444
PIS	276	276	1.098	748
Imposto de renda sobre serviços	-	-	3.969	5.105
Contribuição social sobre serviços	10	10	8.608	9.854
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	45	307	45	326
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	22	98	4.676
Outros	5	10	6	7
Total	<u>6.116</u>	<u>6.391</u>	<u>49.964</u>	<u>50.305</u>
Circulante	-	-	9.491	13.599
Não Circulante	6.116	6.391	40.473	36.706

12.2. Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia registrou as despesas pré-operacionais incorridas a partir de 1º de janeiro de 2009 diretamente em conta de resultado do exercício, com base na Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC. Estas despesas foram adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, sendo tratados como diferenças temporárias, posto que serão dedutíveis em exercícios futuros.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

As controladas Termelétrica Itapebi S.A., Rio Amazonas Energia S.A., Termelétrica Pernambuco IV.e a controladora Multiner S.A. estão enquadradas no regime Tributário de Transição – RTT por executarem lançamentos contábeis que segundo a Lei nº 11.941 não se enquadram na apuração do Lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante os exercícios apresentados:

Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos

	Saldo em 31/12/2012	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/12/2013	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	-	1.096	-
2007 Participações S.A	24.784	(2.394)	22.390	(2.394)
Total	25.880	(2.394)	23.486	(2.394)

A Companhia e suas investidas não possuem estudo de lucratividade futura que as permita registrar o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados. No caso das controladas Rio Amazonas S.A. e 2007 Participações S.A., o ativo fiscal diferido foi reconhecido em função de as controladas possuírem passivo fiscal diferido em valor superior ao ativo fiscal diferido.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2012	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Transferências entre contas	Saldo final 31/12/2013	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(47.939)	3.471	(2.080)	(46.548)	3.471
Rio Amazonas S.A.	(9.718)	2.499	2.080	(5.139)	2.499
Total	(57.657)	5.970	-	(51.687)	5.970

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

13. Depósitos Vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
AES Sul - Tribunal de Justiça do RJ – CCEAR(1)	-	14.028	278	14.306
Depósitos Vinculados a Litígios	606	428	681	503
Total de pagamento de Depósitos Vinculados	<u>606</u>	<u>14.456</u>	<u>959</u>	<u>14.809</u>

(1) Os depósitos judiciais referentes à exposição financeira das distribuidoras com os quais foram celebrados os CCEAR's (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado) das controladas Itapebi e Monte Pascoal e Pernambuco IV, foram recuperados em 20 de maio de 2013 no valor de R\$ 14.028, por ter havido extinção do processo na esfera estadual, tendo em vista a arbitragem em curso do processo.

14. Investimentos

14.1. Composição de saldo

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
New Energy Options Geração de Energia S.A.	51.743	-
Termelétrica Itapebi S.A.	10.980	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	1.402	656
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	<u>155.840</u>	<u>92.371</u>

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A. no valor de R\$76.212 e o ágio apurado na aquisição da controlada New Energy Options Geração de Energia S.A. no valor de R\$15.503.

14.2. Composição do Investimento

	Saldo em 31/12/2012	Aumento de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Transferência do Passivo a Descoberto	Saldo em 31/12/2013
New Energy Options Geração de Energia S.A.	-	124.909	(43.077)	(30.089)	51.743
Termelétrica Itapebi S.A.	-	72.065	10.591	(71.676)	10.980
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	656	10.906	(10.160)	-	1.402
	<u>656</u>	<u>207.880</u>	<u>(42.646)</u>	<u>(101.765)</u>	<u>64.125</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

14.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

Controladora

	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial no Patrimônio Líquido	Aumento de Capital	Transferência para Investimentos	Baixa de Investimentos	PL em 31/12/13
2007 Participações S.A.	(100.501)	(24.572)	(6.415)	7.542	-	(2.090)	(126.036)
New Energy Options S.A.	(44.879)	-	14.790	-	30.089	-	-
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.814)	(2)	-	-	-	-	(1.816)
Termelétrica Itapebi S.A.	(71.676)	-	-	-	71.676	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(6.590)	(70)	-	5.991	-	-	(667)
Termelétrica Termopower V S.A.	(1.792)	(9.707)	-	11.379	-	-	(120)
Termelétrica Termopower VI S.A.	(1.888)	137	-	1.561	-	-	(190)
Total	<u>(229.140)</u>	<u>(34.214)</u>	<u>8.375</u>	<u>26.473</u>	<u>101.765</u>	<u>(2.090)</u>	<u>(128.831)</u>

Consolidado

	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Equivalência Patrimonial no Patrimônio Líquido	Transferência para Investimentos	PL negativo em 31/12/13
New Energy Options S.A.	(44.879)	-	14.790	30.089	-
Cia Energética Uruguai - CEU	<u>(1.814)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.816)</u>
Total	<u>(46.693)</u>	<u>(2)</u>	<u>14.790</u>	<u>30.089</u>	<u>(1.816)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

14.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2012	Saldo 31/12/2013
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	15.503	15.503
Total	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

14.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2012												
2007 Participações S.A.	99,99%	9.700	149.569	444.669	594.238	269.942	428.657	698.599	-104.361	73.029	-99.096	-26.067
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	140.743	964.781	1.105.524	72.419	1.089.205	1.161.624	-56.100	48.401	-63.689	-15.288
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.353	14.124	15.477	7.115	80.039	87.154	-71.677	512	-41.423	-40.911
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.146	14.759	15.905	2.633	12.617	15.250	655	19.356	-594	18.762
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	4	10.668	10.672	723	12.503	13.226	-2.554	-	-119	-119
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	99%	990	2	7	9	610	5.990	6.600	-6.591	1	-5.426	-5.425
Termelétrica Termopower V S.A.	99%	990	6.040	19.618	25.658	70	27.380	27.450	-1.792	1	-1.518	-1.517
Termelétrica Termopower VI S.A.	99%	990	16.635	8.299	24.934	139	26.683	26.822	-1.888	-	-1.820	-1.820
31/12/2013												
2007 Participações S.A.	99,99%	9.700	156.180	433.705	589.885	305.137	410.784	715.921	-126.036	71.683	-98.611	-26.928
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.514	936.012	1.098.526	86.066	947.782	1.033.848	64.678	148.638	-202.484	-53.846
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.405	23.330	24.735	7.878	5.877	13.755	10.980	10.591	-	10.591
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.134	5.141	6.275	1.777	3.096	4.873	1.402	-	-10.159	-10.159
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.672	10.672	721	12.508	13.229	-2.557	-	-3	-3
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	7	8	619	56	677	-667	-	-68	-68
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	161	0	161	193	87	280	-119	1692	-11399	-9.707
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	63	0	63	109	144	253	-190	1555	-1418	137

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

Na controlada 2007 Participações S.A, o aumento de capital incorreu em um aumento do percentual de participação de 96,04% para 99,99%.

14.6. *Comprometimento de capital*

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda. (“Eólica”), proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”), dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte restante na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner estará concedendo mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A. – (“CEU”).

15. **Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda esta avaliando a sua melhor utilização.

	<u>Controladora e Consolidado</u> 31/12/2013	<u>Controladora e Consolidado</u> 31/12/2012
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

16. Imobilizado

	Controladora							Total	
	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento			
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	283	20	131	28	228	54.174		54.864	
Adições	-	-	-	-	41	-		41	
Baixas	-	-	-	-	-	-		-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	283	20	131	28	269	54.174		54.905	
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(281)	(7)	(49)	(12)	(141)	-		(490)	
Adições	(1)	(2)	(8)	(3)	(33)	-		(47)	
Baixas	-	-	-	-	-	-		-	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(282)	(9)	(57)	(15)	(174)	-		(537)	
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2012	2	13	82	16	87	54.174		54.374	
Em 31 de dezembro de 2013	1	11	74	13	95	54.174		54.368	
	Consolidado								
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	67	283	20	142	28	232	205.578	(52.949)	153.401
Adições	-	-	-	-	-	41	3.886	-	3.927
Baixas	-	-	-	-	-	-	(82.920)	4.562	(78.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	67	283	20	142	28	273	126.544	(48.387)	78.970
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(281)	(7)	(51)	(12)	(143)	-	-	(494)
Adições	-	(1)	(2)	(9)	(3)	(33)	-	-	(48)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(282)	(9)	(60)	(15)	(176)	-	-	(542)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2012	67	2	13	91	16	89	205.578	(52.949)	152.907
Em 31 de dezembro de 2013	67	1	11	82	13	97	126.544	(48.387)	78.428

Em junho de 2013 a Usina Termelétrica Cristiano Rocha em Manaus passou a operar com gás natural na sua totalidade.

A rubrica contábil de Imobilizado em andamento no valor de R\$54.174, referente ao adiantamento concedido à Warsilla pela antiga administração, anterior a março de 2012. A gestão atual está trabalhando para reverter

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

esta situação, ocorrendo tratativas negociais com objetivo de recuperação desse valor. Todavia, entendemos que em caso de insucesso, há chances de perda desse ativo.

O valor de R\$ 82.920 em baixas de Imobilizado em andamento, refere-se substancialmente à transferências: i) dos gastos com equipamentos da Usina a gás natural (R\$50.029), para a conta de Leasing Financeiro a Receber, conforme, CPC 06- Operações de arrendamento mercantil e com o ICPC 03 – Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, conforme Nota explicativa N° 33; ii) ao repasse de adiantamentos feitos pelas Termelétricas Termopower V e VI à Wartsilla Finland para a Bolognesi Participações S.A.(R\$17.162) ; iii) Tecmon Montagens Tec. Industriais Ltda para Bolognesi Participações S.A.(R\$287); iv) provisão baixa de ativos da Termelétrica Termopower V e VI (R\$10.468) e v) ao repasse de parte dos equipamentos Itapebi para a Bolognesi Participações S.A.(R\$4.974).

O valor de R\$ 4.562 em ajuste ao valor recuperável dos ativos, refere-se a: i) ajuste do relatório de avaliação realizado pela Carta de Correção da – Laudo Técnico RJ-0077/13-01 da empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda referente ao ano de 2012 (R\$754); ii) reversão da provisão para ajuste ao valor recuperável conforme laudo de avaliação da empresa Apsis Consultoria Empresarial Ltda dos ativos das controladas, Termelétrica Itapebi S.A. e Termelétrica Monte Pascoal S.A.do ano de 2013 (R\$3.808)

17. Intangível

a. Composição do saldo

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	136.907	147.115
Projeto Pernambuco	-	5.425	-	5.425
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	88	40	100	57
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>342</u>	<u>5.719</u>	<u>229.010</u>	<u>244.600</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

(i) *Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II da investida, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e vendas de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$ 15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 16 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212

- (ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.
- (iii) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Movimentação do intangível

	Prazos de vida útil	Custo Controladora			Saldo em 31/12/2013
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	
Software	5 anos	84	73	-	157
Obras de Arte	indefinida	-	-	-	-
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	(5.425)	254
Ágio	indefinida	-	-	-	-
		<u>5.763</u>	<u>73</u>	<u>(5.425)</u>	<u>411</u>

	Amortização Controladora			
Software	(44)	(25)	-	(61)
	<u>5.719</u>	<u>48</u>	<u>-</u>	<u>342</u>

O valor baixado de R\$ 5.425 na controladora refere-se a gastos com desenvolvimentos dos projetos Termopower V e Termopower VI. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia provisionou a possível perda desses valores.

	Prazos de vida útil	Custo Consolidado			Saldo em 31/12/2013
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	
Software	5 anos	160	73	-	233
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	(5.425)	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	indefinida	147.115	-	(10.208)	136.907
		<u>244.703</u>	<u>73</u>	<u>(15.633)</u>	<u>229.143</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Amortização Consolidado			Saldo em 31/12/2013
	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	
Software	(103)	(30)	-	(133)
	<u>244.600</u>	<u>432</u>	<u>(15.633)</u>	<u>229.010</u>

18. Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 31. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Capital de giro (R\$)	16,59%	111.699	120.291
		<u>111.699</u>	<u>120.291</u>
Circulante		111.699	5.999
Não circulante		-	114.292
		<u>-</u>	<u>114.292</u>

	Encargos anuais (*)	Controladora	
		31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Financiamentos de curto prazo denominados em reais			
Capital de giro (R\$)	17,27%	111.699	5.999
Financiamento de investimento (R\$)	17,02%	116.578	77.955
		<u>228.277</u>	<u>83.954</u>

	Encargos anuais (*)	Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012 Ajustado
Financiamentos de longo prazo denominados em reais			
Capital de giro (R\$)	0,00%	-	114.292
Financiamento de investimento (R\$)	16,51%	360.144	361.500
		<u>360.144</u>	<u>475.792</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

			Consolidado	
			31/12/2013	31/12/2012
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>			Ajustado
IGPM	16,49%		228.277	83.954
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>		31/12/2013	31/12/2012
IGPM	15,88%		360.144	472.843
CDI	0,00%		-	2.949
			<u>360.144</u>	<u>475.792</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	
	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
2012	-	916
2013	-	955
2014	111.866	65.724
2015	-	8.769
2016 em diante	-	44.495
Custo de captação	(167)	(569)
	<u>111.699</u>	<u>120.291</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	83.954
2014	228.444	159.620
2015	82.826	71.030
2016	44.559	37.101
2017	15.667	208.609
2018	17.468	-
2019 em diante	199.624	-
Custo de captação	(167)	(568)
	<u>588.421</u>	<u>559.746</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Covenants

Atualmente, a Companhia está em processo de reestruturação financeira, com expectativa de conclusão no início de 2014. As CCBS da Companhia possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, não apresentam inadimplementos, considerando que todas as CCBS estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores preveem alongamento de prazos, diminuição de taxa e conversão de parte da dívida em capital, que afetarão os índices.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à dezembro de 2013, num total de aproximadamente R\$69.598. Parte da liquidação das parcelas em atraso foram efetuadas ao longo de 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo conforme acordo firmado com os credores.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal, incluindo juros a vencer, veja Nota Explicativa nº 31.

De acordo com o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, quando ocorrer o fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, com expectativas de ocorrer no início de 2014, as CCB's com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal.

Em 9 de abril de 2013, 83,33% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, votaram pela inaplicabilidade do vencimento antecipado das debêntures em circulação, descrito na cláusula VI da escritura particular de emissão de debêntures.

19. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	-	113	-
CCEE - Câmara de comercializ. Energia	416	-	480	-
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	6.900	5.764
Davis Polk & Wardwell	324	-	324	-
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	1.103	1.103
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	683
G5 Energy Participações Ltda	366	-	366	-
Kaercher e Baggio Soc. de Advogados	166	-	173	-
Kroma Comercializ. De Energia Ltda	183	-	183	-
Machado Meyer Sendacz e Poice Adv.	283	-	283	-
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	8.921	109.928	120.592
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	14.128	11.706
Wartsila Finland	-	-	12.730	11.508
Wartsila Switzerland	-	-	5.826	-
Outros	936	1.798	5.609	17.172
	<u>2.786</u>	<u>10.719</u>	<u>159.552</u>	<u>169.251</u>
Circulante	<u>2.786</u>	<u>1.798</u>	<u>156.178</u>	<u>156.956</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>8.921</u>	<u>3.374</u>	<u>12.295</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

- (a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na Nota Explicativa nº 9.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
IRF	7	57	122	987
ISS	8	-	125	156
ICMS (1)	105	105	3.141	1.325
IOF	8.284	7.071	11.338	9.081
Parcelamentos de ICMS	-	-	33.209	40.982
Parcelamentos de IRPJ e CSLL	-	-	1.431	-
Parcelamentos IOF(2)	11.075	-	11.075	-
Outros	6	31	620	545
Total	19.485	7.264	61.061	53.076
Circulante	10.701	7.264	27.124	20.573
Não Circulante	8.784	-	33.937	32.503

O valor de R\$33.209 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido da controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, que em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas o parcelamento desse imposto, inicialmente pelo valor de R\$ 46.321.

- (1) O valor de R\$ 11.075 no consolidado é referente ao auto de Infração sobre IOF na Multiner, para o ano base 2010. O referido valor foi parcelado em 60 vezes junto a Secretaria da Receita Federal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

21. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contas a pagar por aquisição de investimento (1)	1.506	1.449	1.506	1.449
Circulante	-	1.449	-	1.449
Não circulante	1.506	-	1.506	-

(1) Em 31 de dezembro de 2013, o saldo refere-se ao valor a pagar para a empresa Quattropar, referente à compra de 29,70% da participação acionária na empresa 2007 Participações S.A. A variação no período no valor de R\$ 57, refere-se a atualização monetária da dívida. A empresa está contestando judicialmente os valores cobrados pela Quattropar com expectativa de perda provável.

A exposição da Cia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº31.

22. Transações com partes relacionadas

Em 01 de outubro de 2012 a Companhia transferiu o saldo dos mútuos com as controladas New Energy Options Geração de Energia S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A., Companhia Energética do Uruguai S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, decidindo que qualquer valor cedido as suas controladas à partir desta data, seja classificado nesta conta .

A Companhia efetivou o aumento de capital em todas as controladas que tinham adiantamento para futuro aumento de capital, exceto a Companhia Energética do Uruguai que está em negociação. Na controlada 2007 Participações S.A, o aumento de capital incorreu em um aumento do percentual de participação de 96,04% para 99,99%.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentado no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Administradores (pró-labore)	1.019	392	1.042	755
Conselho de Administração (Honorários)	817	344	817	644
Conselho Fiscal (Honorários)	126	39	126	73
Total	1.962	775	1.985	1.472

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de transição de 28 de março de 2012. Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Não Circulante:									
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	42.263	38.712	42.263	38.712
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	A&G	261	261	261	261
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Mylossoma Participações	-	54	-	54
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai	2.420	2.417	2.420	2.417
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Genesis 2000	-	153	-	152
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Itapebi	2.880	77.040	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Monte Pascoal	256	10.906	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV	56	5.989	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações	5	7.542	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy	4.000	124.908	4.000	124.908
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	86	20.300	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	145	10.800	-	-
Valores a Receber (*)	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	13.628	12.594	13.628	12.594

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Santa Rita	-	380	-	380
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco III	24	125	24	125
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	150.976	103.384	150.976	103.384
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	-	7.080	-	-
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	-	15.883	-	-
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I	-	31	-	31
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II	-	31	-	31
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	26.483	23.968	26.483	23.968
Não Circulante:						<u>250.509</u>	<u>469.584</u>	<u>247.081</u>	<u>314.043</u>
-									
						Controladora		Consolidado	
Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria	-	4	-	4
Contas a pagar (**)		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Tecnologia	-	-	10	-
Circulante:						<u>-</u>	<u>4</u>	<u>10</u>	<u>4</u>
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	RAESA	41.354	33.169	-	-
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria	4	-	4	-
Sub-total:						<u>41.358</u>	<u>33.169</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
Não Circulante:						<u>41.358</u>	<u>33.169</u>	<u>4</u>	<u>-</u>
Resultado do Período									
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Multiner Óleo e Gás	-	177	-	177
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Companhia 44 de Negócios S.A.	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	JABR Participações S.A.	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações	-	67	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Itapebi S.A.	-	1.538	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Monte Pascoal S.A.	-	257	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco IV S.A.	-	379	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Sta. Rita de Cássia S.A.	20	30	20	30
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	13	3.389	7	3.389
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	12.851	426	12.851	426
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I S.A.	2	2	2	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	419	655	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II S.A.	1	2	1	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	917	769	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	3.083	-	3.083
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Jorge Amílcar Boueri da Rocha	-	-	-	169
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Administração e Participações LTDA	3.586	3.076	3.586	3.076
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(2.947)	(2.223)	(2.947)	-
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	(248)	-	(248)
Despesas Financeiras	Aquisição de investimentos	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Tecnologia	-	(3)	-	(3)
Resultado:						<u>14.862</u>	<u>12.488</u>	<u>13.520</u>	<u>11.215</u>

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas estão se defendendo de ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a MEDABIL e a ITAPEBI para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1336
Multiner	Contingências trabalhistas diversas	900	-	900	-
		<u>900</u>	<u>-</u>	<u>2236</u>	<u>1336</u>

Risco possível

Empresa	Descrição dos processos	Controladora	Consolidado
		31/12/2013	31/12/2013
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bi-combustível, em fase de contraditório. Apresentada	-	21.393

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.

Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório,	-	35.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.

Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretense prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, recuperado em maio de 2012 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35.000	35.000
Itapebi	Em dezembro de 2011, a Companhia tomou ciência da abertura de um processo de arbitragem impetrado pelo fornecedor Caterpillar AG contra a Multiner, referente ao descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de equipamentos para a UTE Itapebi, com o pleito de EUR 60 milhões. Todavia, após a fase de produção de provas, perícia técnica, bem como das alegações finais, a Caterpillar reconheceu o valor de EUR 23 milhões.	-	74.210
Total		<u>67.938</u>	<u>306.275</u>

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível, trabalhista e ambiental, que cujo montante é de R\$ 3.640.

24. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 647.314 (R\$ 541.888 em 31 de dezembro de 2012), sendo composto por 6.343.239 ações, sendo 3.215.360 ordinárias e 3.127.879 ações preferenciais. Todas as

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

ações emitidas foram integralizadas. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a composição acionária era a seguinte:

31/12/2012

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.291.140	1.291.140	-	-
CIA 44 de Negócios S.A.	197.031	197.031	-	-
JABR Participações S.A.	183.918	183.918	-	-
Cia de Investimentos Resultado	54.911	54.911	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	3.985.567	1.488.360	1.970.751	526.456
	<u>5.712.567</u>	<u>3.215.360</u>	<u>1.970.751</u>	<u>526.456</u>

31/12/2013

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Investimentos em Participações	4.616.239	1.488.360	2.559.594	568.285
	<u>6.343.239</u>	<u>3.215.360</u>	<u>2.559.594</u>	<u>568.285</u>

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A., Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e implemento de demais condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e no Contrato de Reorganização. Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1;

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

(iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: (1) valor do aumento: R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A. No entanto na Custódia do Banco Itaú S.A., ainda consta os antigos sócios, pois as ações estão em garantia dos debenturistas.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 a Multiner Fundo de Investimentos em Participações administrado pela Planner Corretora de Valores S.A. solicitou a transferência de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR são conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderá ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuem direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decida realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista opte pela não conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivale ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderá ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares as antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas, dependendo apenas da assinatura do Termo de Fechamento do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.361 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

25. Receita operacional

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	93.397	87.121
Operação e Manutenção	22.315	19.035
	<u>115.712</u>	<u>106.156</u>
Deduções:		
PIS	(1.909)	(1.751)
COFINS	(8.794)	(8.068)
ICMS	(28.928)	(26.539)
Leasing Financeiro - Raesa	(26.584)	(23.238)
Outras deduções	(3.288)	(3.669)
	<u>(69.503)</u>	<u>(63.265)</u>
Receita líquida de vendas	<u>46.209</u>	<u>42.891</u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$3.288 (R\$ 3.669 em 31 de dezembro de 2012), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 26.584 (R\$ 23.238 em 31 de dezembro de 2012), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 33.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a dezembro de 2013, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A..

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

26. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	-	(2.881)	(3.172)	(5.981)
Honorários dos administradores	(2.321)	(1.033)	(2.346)	(1.736)
Tributárias	(625)	(275)	(968)	(644)
Depreciação/Amortização	(71)	(67)	(10.296)	(10.290)
Consultorias e assessorias em geral	(3.330)	(2.347)	(3.793)	(5.070)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(406)	(764)	(1.473)	(1.011)
Armazenagem	-	-	(1.930)	(3.921)
Consultoria jurídica	(4.052)	(2.379)	(4.586)	(3.287)
Seguros	(134)	(118)	(416)	(121)
Aluguel	(2.165)	(2.920)	(2.380)	(3.047)
Viagens	(615)	(684)	(763)	(924)
Outras despesas	(1.488)	(1.521)	(2.053)	(2.234)
Total despesas gerais e administrativas	<u>(15.207)</u>	<u>(14.989)</u>	<u>(34.176)</u>	<u>(38.266)</u>

27. Custo das vendas

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Operação e Manutenção	(9.759)	(12.597)
Óleo lubrificante	(2.800)	(1.907)
Material de consumo	(8.645)	(12.599)
Seguros	(254)	(284)
Outros custos	(1.344)	(385)
Total custo de vendas	<u>(22.802)</u>	<u>(27.772)</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

28. Outras despesas/receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisão de perda aquisição 2007	(2.008)	(3.238)	-	-
Participações S.A.	-	34.676	-	34.676
Reversão ajuste valor recuperável do ágio	-	-	-	40.734
Reversão provisão Contingências	(1.731)	32.470	(1.881)	32.353
Penalidades com energia elétrica	(5.425)	(1.887)	(11.332)	(59.760)
Perda sobre valor recuperável	-	-	(753)	(691)
Pesquisa e desenvolvimento	(463)	-	(463)	-
Baixa de investimentos	(228)	-	(228)	-
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(259)	1	(869)	504
(-) Outras receitas/despesas	(10.031)	62.023	(15.526)	47.816

29. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ordenados e Salários	-	(1.864)	(1.930)	(3.960)
Encargos Sociais	-	(540)	(715)	(1.190)
Benefícios	-	(477)	(527)	(831)
	-	(2.881)	(3.172)	(5.981)

No ano de 2013 a Diretoria Financeira decidiu modificar o critério de rateio da folha de pagamento, estamos distribuindo as despesas somente com as controladas operacionais, rateio este feito em relação a receita bruta de cada usina, com isso a Controladora passa a não computar despesas com funcionários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas Financeiras				
Variação monetária negativa	(7.996)	(26.595)	(27.556)	(54.499)
Despesa com juros	(11.658)	(8.108)	(49.583)	(45.790)
Despesa com multas	(3.294)	(429)	(3.711)	(1.827)
Variação cambial negativa	(116)	(65)	(5.960)	(5.840)
Despesa com mútuos	(2.947)	(2.496)	-	(273)
Despesa com IOF & IOC	(7.798)	(3.525)	(8.846)	(5.538)
Outras despesas financeiras	(405)	(2.084)	(668)	(2.245)
	<u>(34.214)</u>	<u>(43.302)</u>	<u>(96.324)</u>	<u>(116.012)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	4.957	1.525	4.957	1.553
Variação monetária positiva	3.586	3.076	3.749	3.322
Receita com mútuos	14.223	11.887	12.887	8.391
Variação cambial positiva	124	44	5.110	1.480
Atualização monetária s/créditos tributários	292	344	2.573	2.408
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	19.233	17.121
Ganho parcelamento ICMS	-	-	-	5.327
Outras receitas financeiras	1.041	287	1.469	289
	<u>24.223</u>	<u>17.163</u>	<u>49.978</u>	<u>39.891</u>
Resultado Financeiro	<u>(9.991)</u>	<u>(26.139)</u>	<u>(46.346)</u>	<u>(76.121)</u>

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possuem liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;
Risco de crédito;
Riscos de mercado:
Taxa de juros; e
Taxa de câmbio.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

Maturidade dos Passivos

	Valor contábil 31/12/2013	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	159.552	159.552	21.265	134.913	3.374	-	-
Contas a pagar	1.506	1.506	1.506	-	-	-	-
Partes relacionadas	4	4	4	-	-	-	-
Financiamentos	588.421	588.421	-	228.277	82.993	77.694	199.457

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia antes da Reestruturação Financeira, após as conversões e repactuações de dívidas acordadas com os credores, que acontecerão no closing da operação, tais valores serão substancialmente reduzidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

c. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	-	1.571	2	1.583
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	236.055	150.882	236.055	127.919
Aplicações vinculadas	8	-	10.611	1	10.612
Total		236.055	163.064	236.058	140.114
Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	110.302	-	110.302	-
Total		110.302	-	110.302	-
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	(41.354)	(33.169)	-	-
Empréstimos e Financiamento	18	-	(2.949)	-	(2.949)
Total		(41.354)	(36.118)	-	(2.949)
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamento	18	(111.699)	(117.342)	(588.421)	(556.797)
		(111.699)	(117.342)	(588.421)	(556.797)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2013 e 2012, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos		Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:						
	Aplicações financeiras no mercado aberto	110.305	Queda CDI	16.256	17.700	19.144
	Contratos de mútuo a receber	236.055	Queda CDI	26.265	19.699	13.133
	Adiantamentos a fornecedores	31.894	Queda Euro	3.761	(5.153)	(14.067)
	Adiantamentos a fornecedores	392	Queda Dolar	27	(78)	(183)
Instrumentos financeiros passivos:						
	Empréstimos e financiamentos	(588.421)	Alta IGPM	(86.718)	(94.422)	(102.126)
	Fornecedores	(18.659)	Alta Euro	(2.200)	(7.415)	(12.630)
	Fornecedores	(357)	Alta Dolar	(25)	(120)	(215)
				31/12/2013		
				Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão			110.521	111.119	111.712
	RAESA - CCB 1ª Emissão			160.024	161.760	163.501
	RAESA - CCB 2ª Emissão			235.473	256.316	279.099
				506.018	529.195	554.312

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

e. Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

32. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízo atribuível aos acionistas	(112.172)	(56.596)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	6.343.239	5.712.567
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(18)</u>	<u>(10)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

33. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Leasing financeiro	<u>206.022</u>	<u>164.610</u>
Circulante	11.432	8.094
Não Circulante	<u>194.590</u>	<u>156.516</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, que se dará ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após a definição de que o empreendimento registrado anteriormente como ativo imobilizado deveria ser reconhecido como arrendamento mercantil financeiro.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Até 1 ano	11.432	8.094
Acima de 1 ano - até 5 anos	50.354	34.825
Mais de 5 anos	144.236	121.691
	<u>206.022</u>	<u>164.610</u>

34. Eventos subsequentes

Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)

A controlada, Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, não efetuou pagamento no prazo de vencimento dos CCBs emitidos, com vencimento de março de 2012 à dezembro de 2013, num total de aproximadamente R\$69.598. Parte da liquidação das parcelas em atraso foram efetuadas em 2013 e parte serão aditadas com prorrogação de prazo, conforme acordo firmado com os credores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de Reais)

Contas a Receber – Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Em 28/02/2014, foi celebrado acordo com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e Petrobras S.A. para regularização das inadimplências existentes, cujo valor de R\$ 35.446, relativo ao ano de 2013, já foi regularizado.

Finalização do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner

O fechamento do Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner de 28 de março de 2012, com a conversão de dívida de R\$ 354.775, deverá ser concluído no primeiro semestre de 2014, tendo em vista AGE de 30 de dezembro de 2013 que se encontra em suspenso até o momento e será reaberta em abril de 2014.

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente do Departamento de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O

Boucinhas, Campos & Conti
Auditores Independentes

MULTINER S.A.

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

6. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam, na rubrica de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos. A revogação pela ANEEL das outorgas para construção de UTEs, mencionada na Nota Explicativa nº 2-b, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como consequência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado.

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão das 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas na Nota 24. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido está a maior em R\$ 497.001 mil e o passivo não circulante está a menor em R\$ 810.340 mil e o prejuízo do exercício findo naquela data, está a menor em R\$ 200.746 mil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais

8. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras consolidadas

9. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras

consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

10. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 309.915 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2013. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira deverá sofrer um impacto relevante.

11. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Multiner S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção de manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

12. Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

13. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 19 de agosto de 2013, o qual conteve: i) ressalvas semelhantes aos

assuntos descritos nos parágrafos 6 e 7; ii) ressalva decorrente da falta de avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis da Companhia referentes aos projetos Pernambuco e Iraí; iii) ressalva em função da Companhia e suas controladas não terem considerado a possível reclassificação de dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante nos casos em que não tenham sido cumpridos os covenants estipulados contratualmente; iv) ênfases semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 10 e 11.

Rio de Janeiro, ___ de _____ de 2014.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ



multiner

MULTINER S.A.
CNPJ/MF 08.935.054/0001-50
NIRE 33.3.0028245-9
Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Multiner S.A, instalado em 28 de março de 2014, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários. Tendo também por base o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Boucinhas, Campos & Conti, em 28 de março de 2014, e já consideradas as observações relativas à ressalva e a ênfase contida no citado relatório, os membros do Conselho Fiscal consideram que as referidas Demonstrações Financeiras estão aprovadas para as devidas divulgações societárias.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2014.

José Lino Fontana
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Frederico Aires Duque
Conselheiro

Arthur Simões Neto
Conselheiro

Gianna Sonogo Bolognesi
Conselheira